



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA

1ª VARA CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PROJUDI

**Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 314 - Centro - União da Vitória/PR - CEP: 84.600-901 - Fone:
(42) 98811-1445 - Celular: (42) 98811-1445 - E-mail: uv-1vj-s@tjpr.jus.br**

Autos nº. 0001987-82.2001.8.16.0174

Processo: 0001987-82.2001.8.16.0174

Classe Processual: Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Assunto Principal: Apuração de haveres

Valor da Causa: R\$3.000,00

Autor(s): • Massa Falida Bordin S/A Industria e Comercio
• Maurício Flávio Magnani (ADMINISTRADOR JUDICIAL DO(A) Massa Falida Bordin S/A Industria e Comercio)

Réu(s): • Município de Bituruna/PR
• este juízo

01. Trata-se de Procedimento Falimentar da empresa BORDIN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Reporto-me, por brevidade, ao relatório de mov. 1315.1.

Posteriormente ao pronunciamento, foi encartado o extrato bancário da conta judicial (1319).

Na sequência, Marcelo Lopes Pinto da Silva juntou aos autos peticionamento, contudo, relacionado ao processo 0000618-94.2010.8.16.0026 (1320.1).

Ato contínuo, foi regularizada a juntada dos documentos contidos nas folhas 1624-1628; 1704 e 1810 dos autos físicos (1321), bem como oficiados ao contador outrora nomeado para apresentação da planilha de cálculos indicando os valores devidos, os valores pagos e correções incidentes (1324.1) e à JUCEPAR para juntada de eventuais atos arquivados relativos à massa falida de Bordin S.A Indústria e Comércio (1325.1).

Fora também comunicado o cumprimento das disposições do artigo 448 do Código de Normas (1326.1) e listados os processos envolvendo a empresa (1327).

Reinaldo Sloboda, Marili Travinski Bruske, Pedro Mazurek Sobrinho e João Kober anexaram aos autos os documentos pessoais e procurações atualizadas (movs. 1332; 1333; 1334 e 1335).

Rio São Francisco Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros declinou ser credora da massa falida de Bordin S.A Indústria e Comércio no valor de R\$ 249.159,93 (duzentos e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e três centavos), importância sem atualização posterior a data de 27 de agosto de 2001. Pugnou pela habilitação da peticionante como credora com garantia real ou, sucessivamente, a habilitação como credora quirografária (1338.1). Juntou documentos.

Eugênio Travinski juntou aos autos procuração atualizada (1341.1).

O aviso de recebimento não foi recebido pelo contador (1342.2).



Sobreveio aos autos comunicação de entrega das contas referentes à massa falida (1345.1).

Em manifestação ao mov. 1346, o síndico, Maurício Flávio Magnani, afirmou que os bens imóveis da massa falida não geram despesas de manutenção e que os imóveis remanescentes são constituídos por: a) um terreno urbano, constante da Carta de Posse n.º 61, localizado na Rua Inocêncio de Oliveira, matrícula 1.166, contendo duas casas alugadas, objeto da Ação de Reintegração n.º 0007676-38.2023.8.16.0174; b) um terreno urbano, constante na Carta de Posse n.º 12, situado aos fundos da Rua Coronel Amazonas, matrícula 1.687, possuindo duas casas alugadas com ações de despejo em andamento com as numerações 0003208-32.2003.8.16.0174 e 0003664-79.2003.8.16.0174; c) um terreno urbano constante da Carta de Posse n.º 61, localizado na Rua Duarte Cata Preta, matrícula n.º 8.439 registrado no 2º Registro de Imóveis de União da Vitória, objeto da Ação de Reintegração n.º 0007676-38.2023.8.16.0174; d) um terreno urbano localizado na Rua Siqueira Campos, esquina com a Avenida Iguaçu, matrícula n.º 476, sendo a casa alugada; e) um lote urbano matrícula 541, situado na Rua Siqueira Campos, matrícula n.º 541, com notificação para desocupação sob pena de despejo; f) um terreno urbano, situado na Avenida Iguaçu, com a matrícula 599, tendo uma casa locada; g) um terreno urbano (descampado), oriundo das Carta de Datas n.º 769 e 770, matrícula n.º 16.420, localizado na Rua 2-C, em União da Vitória; h) um terreno urbano (descampado), oriundo da Carta de Data n.º 874, matrícula n.º 16.421, situado na Rua 2-C, em União da Vitória; i) um terreno urbano (descampado), oriundo da Carta de Data n.º 875, matrícula 16.664; j) um terreno urbano constante de parte da Carta de Posse n.º 61, matrícula 16.953, localizado na Rua Inocêncio de Oliveira, esquina com a Rua Duarte Cata Preta, objeto da Ação de Reintegração de posse n.º 0007676-38.2023.8.16.0174; k) um imóvel situado entre as Ruas Inocêncio de Oliveira, Serafim Scheffer, Clotário Portugal e Avenida Coronel Amazonas, matrícula n.º 31.496. Narra o síndico que foram obtidas rendas a título de alugueres ao longo dos anos, além de haverem despesas destinadas à manutenção dos bens no valor de R\$ 87.484,30 (oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos). Ainda, declinou a inexistência de bens móveis de propriedade da massa falida.

Em continuidade, quanto ao quadro geral de credores, afirmou o síndico que quando assumiu o cargo não haviam sido habilitados todos os créditos, alegando que não era possível estabelecer de forma inequívoca o quadro geral de credores, bem como alega que houve a apresentação de um esboço do quadro geral de credores no ano de 2015, após determinação para indicação do valor estimado dos créditos e a respectiva classificação; afirma que houve a determinação da suspensão do feito até o julgamento final dos procedimentos de habilitação de crédito; aduziu que o credor Banco do Brasil não teria habilitado os créditos, tendo mantido a inércia por mais de doze anos em razão de execuções tramitando em paralelo. Narra o síndico que foi verificada a necessidade de revisão tributária na esfera administrativa para apuração de reduções e benefícios fiscais, havendo concessão de prazo para apresentação do Quadro Geral de Credores.

Afirma o síndico que foram apresentados o quadro geral de credores e retificações a partir das habilitações dos créditos, bem como declina que houveram outros atos processuais de interesse da massa falida provocados, promovidos e/ou atendidos pelo síndico. No ato, foi apresentada a retificação do Quadro Geral de Credores com indicação dos créditos civis e comerciais, com correção monetária.

Quanto aos esclarecimentos determinados no item 8.2, item “a” sustenta o síndico que o não cumprimento da apresentação das contas demonstrativas da administração decorreram da ausência de exigência anterior, relatando que se reportava pessoalmente para informar sobre a administração realizada. Noticiou o depósito em cartório dos livros diários e razões entre o período de 2007 a 2022, balancete até agosto do ano de 2023 e livros da conta demonstração do Caixa Geral Analítico de setembro do ano de 2007 até agosto do ano de 2023.



Quanto ao item “b” para juntada da relação de ativos e passivos ainda não alienados, a localização, anexação dos documentos de propriedade, o síndico indicou novamente os bens imóveis de propriedade da massa falida.

Quanto ao item “c” para juntada da relação de locatários, forma de pagamento mensal e informações sobre a adimplência: comunicou que as locatárias do imóvel n.º 1.166, Flavia Fidelis Soares e Claudete Adriana de Souza, estão adimplentes e os pagamentos são realizados no endereço profissional do síndico, através de recibo; Que o imóvel matrícula n.º 1.687, possuem locatários inadimplentes e ações de cobrança cumulada com pedidos de despejo com as numerações 0003208-32.2003.8.16.0174 e 0003664-79.2003.8.16.0174; Que o imóvel matrícula n.º 476, tem como locatário Acir Mathias, adimplente e com pagamento dos alugueres no endereço profissional do síndico através de recibo; Que o imóvel matrícula n.º 541 está locado para a pessoa de Hélio de Macedo Kruljac, que está inadimplente e possui notificação para desocupação em curso; Que o imóvel matrícula n.º 599 está locado para Sebastião Fagundes, que está adimplente e realiza os pagamentos no endereço profissional do síndico através de recibo.

Quanto ao item “d” para o síndico prestar esclarecimentos dos valores dos bens vendidos em correlação com os pagamentos realizados, afirmou que os demonstrativos contábeis foram depositados em cartório, juntando-se tabela de pagamentos realizada.

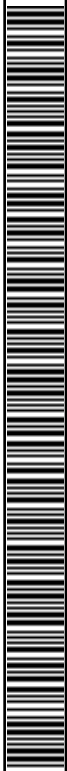
Quanto ao item “e” para indicação das despesas mensais dos bens da massa falida, informou que inexistem despesas mensais para manutenção.

Quanto ao item “f” para indicação dos rendimentos mensais da massa falida, declinou que recebe alugueres de quatro locatários com valores de R\$ 506,49 (quinhentos e seis reais e quarenta e nove centavos); R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) e R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).

Quanto ao item “g” para indicação da dívida tributária atualizada, informou que eram devidos: a) à Receita Federal do valor de R\$ 15.843,93 (quinze mil, oitocentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos), restando um saldo remanescente de R\$ 9.596,39 (nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta e nove centavos); b) R\$ 363.738,20 (trezentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte centavos), integralmente quitados; c) R\$ 492.601,38 (quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e um reais e trinta e oito centavos), parcelado e com saldo remanescente de R\$ 349.916,44 (trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e quatro centavos); d) os débitos perante a Receita Estadual do Paraná foram quitados, de acordo com a informação do síndico. Aduz, ainda, a previsão de imposto pela venda dos imóveis no valor de R\$ 198.891,14 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e um reais e quatorze centavos).

Quanto ao item “h” para esclarecimentos em relação aos processos ativos envolvendo a massa falida, o síndico trouxe planilha com a indicação do numeral dos feitos, partes e atual fase processual.

Quanto ao item “i” para correlacionar os recebimentos de vendas e desapropriação em relação aos pagamentos já efetivados, o síndico faz referência à resposta apresentada ao item “d”. Indicou que foi deferida a aquisição do imóvel constante na matrícula n.º 10.174 pelo Município de Bituruna/PR em razão da desapropriação no valor de R\$ 613.400,00 (seiscentos e treze mil e quatrocentos reais), relata que houve a liberação do valor para pagamentos de débitos tributários. Ainda, sustentou a existência de processo de desapropriação em relação ao imóvel n.º 14.079, registrado no 2º RI de União da Vitória, em sede de cumprimento de sentença, com a numeração 0009283-43.2010.8.16.0174.



Quanto ao item “j” para manifestação quanto eventual pagamento do débito mencionado ao mov. 906, ou seja, quanto ao pagamento da dívida devida ao INSS que ocasionou na averbação de penhora sobre o imóvel matrícula n.º 16.874, afirma o síndico que o processo executivo foi extinto, em razão do pagamento do débito.

Quanto à intimação para comprovação do pagamento da DARF referente ao mês de outubro do ano de 2020, indicou que houve o pagamento, bem como que inexistiu saldo residual.

Por fim, no tocante à manifestação acerca do lapso temporal desde a nomeação do síndico até a atual fase processual, este comunicou que não vem medindo esforços para desempenhar com zelo e dedicação o ofício e respeito à lei, o que ocasionou em duzentos e vinte e nove registros de movimentações promovidas pelo síndico, alegando inexistir oposição dos atos praticados por interessados, Juízo ou Ministério Público. Afirmou o síndico que fora nomeado após decorridos cinco anos do início da abertura do procedimento falimentar, em decorrência da destituição do síndico anterior.

Pugnou pela avaliação dos bens remanescente pelo perito judicial nomeado; a apreciação do Quadro Geral de Credores e o envio do aviso de recebimento ao contador em endereço atualizado, qual seja: Rua Matos Costa, n.º 854, Centro, na Cidade de Porto União – Santa Catarina. Juntou documentos (1346.2/1346.39).

Posteriormente, Ariovaldo Abilhôa apresentou manifestação nos autos ao mov. 1350.1. Na peça juntou planilha de cálculos indicando os valores pagos pela massa falida. Alega o profissional que no período de 31 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2022 os valores em aberto representariam a importância de R\$ 151.061,72 (cento e cinquenta e um mil e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), bem como afirma que o percentual deveria ser pago com correção monetária até o efetivo pagamento. Também relatou que os honorários contábeis equivalem a dois salários mínimos nacionais e que embora tenha constado o reajuste pela Tabela do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Paraná, esta não existe, sendo equivocadamente mencionada pelo corretor. Ademais, informou que como forma de recomposição dos valores, os honorários contábeis foram atualizados pela variação do salário mínimo nacional vigente em cada época. Por fim, sustentou que estão pendentes de pagamentos os valores dos honorários contábeis mensais a partir do mês de julho do ano de 2022 até o momento (1350.1).

Sobreveio aos autos resposta ao ofício enviado à JUCEPAR (1353).

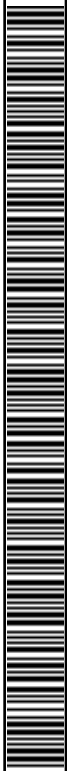
O síndico apresentou os lançamentos relativos ao mês de setembro do ano de 2023 (1369.1/1369.2).

Maurício Flávio Magnani pugnou pela expedição de alvará judicial para pagamento de DARF no valor de R\$ 198.891,14 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e um reais e quatorze centavos), mov. 1371. O pedido foi deferido ao mov. 1380.1, ocasião em que foi concedido o prazo de dez dias ao síndico para comprovação do pagamento das guias.

Foi comprovado o pagamento das guias respectivas (1383.1/1383.2).

Na sequência, o síndico apresentou conta demonstrativa relativa ao mês de outubro do ano de 2023 (1384).

O Ministério Público do Estado do Paraná pugnou: a) para que o síndico esclareça se houve o pagamento integral dos créditos trabalhistas; b) para que seja o síndico intimado quanto à habilitação pretendida aos movs. 1305 e 1306; c) para que o síndico indique se houve o pagamento de todas as parcelas da arrematação dos imóveis pela empresa LMTJJ Participações LTDA; d)



pelo deferimento do pedido de avaliação dos imóveis da massa falida; e) a intimação da empresa LMTJJ Participações LTDA para apresentação dos comprovantes de pagamento das parcelas do IPTU dos meses de janeiro a julho do ano de 2022; f) pela intimação do contador Ariovaldo Abilhôa para que comprove a inexistência da Tabela do Sindicato dos Contabilistas do Paraná. Ao fim, indicou que o valor atualizado devido a empresa QGC corresponde a R\$ 693.358,20 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), mov. 1387.1.

Ariovaldo Abilhôa juntou aos autos declaração subscrita por Marcio Rodrigo Iltschechen de que inexistente tabela de honorários em relação às atividades da área contábil (1390.1).

O síndico pugnou por nova expedição de alvará para pagamento integral do saldo remanescente do parcelamento no valor de R\$ 352.190,63 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa reais e sessenta e três centavos), deferido no evento subsequente (movs. 1391 e 1392).

Ariovaldo Abilhôa se habilitou nos autos através de procurador, momento em que relatou a existência de problemas de saúde que culminaram na realização de cirurgia e a necessidade de realização de outras intervenções, razão pela qual pugnou pela liberação dos valores devidos ao contador (1397.1/1397.9).

O síndico apresentou nos autos demonstrativo da administração em relação ao mês de dezembro do ano de 2023 e declinou que as casas locadas foram atingidas pela enchente do Rio Iguaçu, não havendo pagamento dos alugueres no período (1399.1). Ato contínuo, juntou aos autos o comprovante de recolhimento dos valores liberados (1400.2).

O *parquet* se manifestou pelo deferimento do pedido de liberação de valores em prol do contador outrora nomeado (1404.1).

Maurício Flávio Magnani se manifestou quanto aos créditos remanescentes, bem como pugnou pela intimação do Município de União da Vitória quanto eventual compensação dos créditos existentes; o indeferimento do pedido de habilitação ocorrido nos próprios autos falimentares ou, alternativamente, por nova intimação do síndico; a atualização das avaliações dos imóveis e a homologação da retificação do quadro geral de credores (1409.1/1409.6).

O síndico apresentou novas contas das administrações dos meses de dezembro do ano de 2023 e janeiro de 2024 (1412 e 1415).

É o relatório. Decido.

02. Intime-se o ente federal para manifestação quanto ao pagamento dos valores devidos. Prazo: 20 (vinte) dias.

Observe-se a secretaria para dirigir a intimação de acordo com o contido no mov. 1411.1.

03. Diante da informação de que os débitos estaduais foram integralmente quitados, manifeste-se o Estado do Paraná. Prazo: 20 (vinte) dias.

04. Intime-se a peticionante de mov. 906, quanto a alegada extinção do processo executivo que gerou a penhora sobre o imóvel matrícula n.º 16.874 (1346.1). Prazo: 15 (quinze) dias.

05. Intime-se o peticionante de mov. 1320.1 para que esclareça a peça juntada nos autos, posto que, a priori, o documento se refere a outro processo.



06. Cumpra-se integralmente a decisão de mov. 1277.1, item 4.

07. Do pedido de pagamento realizado pelo Doutor Hélio Ricardo Cunha:

Aos movs. 1305/1306 o Doutor Hélio Ricardo Cunha rogou pelo pagamento do valor de R\$ 60.751,61 (sessenta mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e um centavos), pela atuação ocorrida no início do procedimento como síndico da massa falida.

Consta da decisão prolatada nos autos de número 147/2004:

*“Isto posto, hei por bem acolher as razões do representante do Ministério Público, e ante as irregularidades constatadas na fundamentação supra, **decreto a destituição do síndico** nomeado à Massa Falida Bordin S/A – Indústria e Comércio, **Hélio Ricardo Cunha**, ante a quebra das diretrizes legais apontadas na fundamentação, e de consequência do administrador por ele indicado” (mov. 12.2).*

Dessarte, evidencia-se que o referido síndico fora destituído do encargo, ante a desídia na condução do *múnus*, isto é, a demora injustificada na arrecadação dos bens da empresa, ausência de providências para recebimento de valores e conservação do patrimônio, consoante fundamentação do pronunciamento que ocasionou na destituição do síndico.

Nessa senda, não obstante as contas tenham sido julgadas boas, a legislação que rege o presente processo falimentar dispõe que ao síndico destituído não será devida remuneração, *in verbis*:

Artigo 67 “O síndico tem direito a uma remuneração, que o juiz deve arbitrar, atendo à sua diligência, ao trabalho e à responsabilidade da função e à importância da massa, mas sem ultrapassar 6% até cem mil cruzeiros; de 5% sobre o excedente até duzentos mil cruzeiros; de 4% sobre o excedente até quinhentos mil cruzeiros; de 3% sobre o excedente até um milhão de cruzeiros; 2% sobre o que exceder de um milhão de cruzeiros.

(...)

*§4º. Não **cabe remuneração alguma ao síndico** nomeado contra as disposições desta lei, ou que haja renunciado **ou sido destituído** ou cujas contas não tenham sido julgadas boas”.*

Não há, portanto, previsão legal para pagamento do síndico que tenha sido destituído ao longo do procedimento, mormente diante da conduta procrastinatória do profissional em efetivamente cumprir os encargos que a lei incumbiu.

Repise-se que a decisão que destituiu o Doutor Hélio Ricardo Cunha do cargo de síndico da massa falida, destacou que houve desídia na condução do processo, haja vista que o profissional prestou o compromisso legal na data de 28 de agosto do ano de 2001, contudo, a arrecadação dos bens somente ocorreu em 20 de maio do ano de 2003, ou seja, mais de dezoito meses após a investidura, inexistindo justificativa e tampouco esclarecidas as razões pela qual o síndico Doutor Hélio Ricardo Cunha não aceitou o auxílio ofertado pelos ex-diretores da massa falida.

Ressalta-se trecho da decisão de destituição:



"Infere-se daí ter o síndico deixado de cumprir com outro dever, pois exerceu discricionariedade no momento de proceder a arrecadação de bens, fato que enseja em prejuízo para a massa, pois não arrecadou todos os bens da falida, proporcionando desvio do patrimônio e lesando os interesses dos credores e, por consequência, o interesse público.

Ainda, a respeito da arrecadação, que apesar de tardia, não observou os preceitos legais (artigo 170, § 2º, da LF), pois ao ser feito o inventário o síndico não estimou quais eram os valores dos bens da massa falida.

(...)

*Com isso percebe-se que o próprio síndico confessa que deixou de arrolar uma série de bens, violando dispositivo legal. Até este momento, mesmo depois de decorridos mais de 6 (seis) anos da quebra, tais bens **não foram arrecadados e pelas informações colhidas na audiência realizada, nem mais existem**".*

Note-se que, além da ausência da arrecadação dos bens, a decisão destaca também que a atuação do referido síndico foi contrária aos interesses da massa falida, tendo em vista que deixou de tomar providências para recebimento dos alugueres, continuando a cobrar, naquele momento, valores módicos, não tomando qualquer medida apta a reajustar o valor das locações.

Desse modo, em que pese as contas tenham sido julgadas boas, a atuação do síndico deixou de cumprir com as obrigações impostas pela lei, além de não atuar de forma ativa a cobrar os locatários, reajustar valores e até mesmo arrecadar os bens para pagamento das dívidas.

Saliente-se que a Lei n.º 7.661 possuía como preocupação primordial os interesses dos credores à luz do princípio da *par conditio creditorum* "que significa dar aos credores de uma mesma categoria uma condição igualitária, ordenando-os de acordo com critérios legalmente fixados" (VIDO, Elisabete. *Curso de Direito Empresarial*, Thomson Reuters Brasil, 2018, disponível em < <https://next-proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/77943206/v6/document/152013155/anchor/a-152013155>>). Contudo, a atuação causou nítido prejuízo aos credores, quicá a massa falida, diante da ausência de localização de parte dos bens, ante a ausência de arrecadação.

Nesse cenário, vislumbra-se a existência de atuação contrária do síndico Hélio Ricardo Cunha em relação à massa falida, o que ocasionou na destituição ao encargo, não fazendo jus ao recebimento de quaisquer valores.

Sobre o tema, observe-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO SINGULAR. POSSIBILIDADE. ART. 557, § 1º-A, DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. OCORRÊNCIA. FALÊNCIA. DESTITUIÇÃO DE SÍNDICO. HONORÁRIOS. DESCABIMENTO. ART. 67, § 4º, DO DECRETO-LEI Nº 7.661/45. 1. Não viola o art. 557, do CPC, a decisão singular que reconsidera decisão anterior, pois permanece facultada à parte a interposição de novo agravo regimental, caso não ocorra a pretendida retratação, por meio do qual, neste caso, se submeterá a questão ao colegiado competente.



Precedentes. 2. Tem-se por satisfeito o requisito do prequestionamento quando o acórdão recorrido trata explicitamente da matéria a que se refere o dispositivo legal tido por violado. Súmulas 282 e 356/STF. 3. O art. 67, § 4º, do Decreto-lei nº 7.661/45, dispõe que não cabe remuneração alguma ao síndico da Massa Falida destituído. 4. Agravo regimental no agravo regimental no recurso especial a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AgRg no REsp: 699281 PB 2004/0154121-5, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 26/10/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/11/2010)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE FALÊNCIA – DECISÃO QUE DESTITUIU O SÍNDICO DA MASSA FALIDA E CONSIGNOU QUE ELE PERDEU O DIREITO À REMUNERAÇÃO FINAL – RECURSO DO SÍNDICO DESTITUÍDO – PRETENSÃO DE REFORMA – IMPROCEDÊNCIA – PROFISSIONAL QUE NÃO CUMPRIU A CONTENTO AS OBRIGAÇÕES LEGAIS E ACARRETOU RETARDO À MARCHA PROCESSUAL – DESTITUIÇÃO QUE ACARRETOU A PERDA DO DIREITO À REMUNERAÇÃO FINAL – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 67, § 4º, DO DECRETO LEI 7.661/45. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 17ª C. Cível - 0001824-46.2018.8.16.0000 - Londrina - Rel.: Desembargador Rui Bacellar Filho - J. 12.04.2018) (TJ-PR - AI: 00018244620188160000 PR 0001824-46.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargador Rui Bacellar Filho, Data de Julgamento: 12/04/2018, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 17/04/2018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS POR SÍNDICO DESTITUÍDO - SÍNDICO QUE ALEGA FAZER JUS A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA PRESTADOS À MASSA FALIDA NO ÂMBITO JUDICIAL - DECISÃO AGRAVADA QUE DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À OAB PARA QUE SEJAM AVALIADOS EVENTUAIS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PRATICADOS, APRESENTANDO EVENTUAL QUANTIFICAÇÃO FINANCEIRA - DESNECESSIDADE - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 67, § 4º, E 69, § 3º, DO DECRETO LEI 7.661 /45 - SÍNDICO DESTITUÍDO QUE NÃO FAZ JUS À QUALQUER REMUNERAÇÃO - FEITO QUE SE ENCONTRA PRONTO PARA JULGAMENTO, RESTANDO DESNECESSÁRIA A DILIGÊNCIA DETERMINADA - AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO PARA O FIM DE DETERMINAR QUE O JUÍZO A QUO JULGUE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SÍNDICO DESTITUÍDO. (TJ-PR - AI: 5304770 PR 0530477-0, Relator: Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 16/09/2009, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 251)

Ante o exposto, **indeferio** o pedido para pagamento de valores a pessoa de Hélio Ricardo Cunha.

o8. Do síndico atual Doutor Maurício Flávio Magnani:

Primordialmente, cumpre salientar que, de acordo com a lei que rege o presente feito - Lei n.º 7.661/45-, ao síndico nomeado incumbe a administração da falência, sob imediata direção e superintendência do juiz (artigo 59).

Observe-se que, logo que investido no cargo, deve o síndico expedir circulares aos credores **que constam da escrituração do falido** (artigo 81 do mesmo diploma legal), bem como, observar as determinações do artigo 63, *in verbis*:



Art. 63. Cumpre ao síndico, além de outros deveres que a presente lei lhe impõe:

I - dar a maior publicidade à sentença declaratória da falência e avisar, imediatamente, pelo órgão oficial, o lugar e hora em que, diariamente, os credores terão à sua disposição os livros e papéis do falido e em que os interessados serão atendidos;

II - receber a correspondência dirigida ao falido, abri-la em presença deste ou de pessoa por ele designada, fazendo entrega daquela que se não referir a assunto de interesse da massa;

*III - **arrecadar os bens e livros do falido, e tê-los sob a sua guarda**, conforme se dispõe no Título IV, fazendo as necessárias averiguações, inclusive quanto aos contratos de locação do falido, para os efeitos do artigo 44, nº VII, e dos parágrafos do artigo 116.*

IV - recolher, em 24 horas, ao estabelecimento que for designado nos termos do artigo 209, as quantias pertencentes à massa, e movimentá-las na forma do parágrafo único do mesmo artigo;

V - designar, comunicando ao juiz, perito contador, para proceder ao exame da escrituração do falido, e ao qual caberá fornecer os extratos necessários à verificação dos créditos, bem como apresentar, em duas vias, o laudo do exame procedido na contabilidade;

VI - chamar avaliadores, oficiais onde houver, para avaliação dos bens, quando desta o síndico não possa desempenhar-se;

VII - escolher para os serviços de administração os auxiliares necessários, cujos salários serão previamente ajustados, mediante aprovação do juiz atendendo-se aos trabalhos e à importância da massa;

VIII - fornecer com presteza todas as informações pedidas pelos interessados sobre a falência e administração da massa e dar extratos dos livros do falido, para prova, nas verificações ou impugnações de crédito; os extratos merecerão fé, ficando salvo à parte prejudicada provar-lhes a inexactidão.

*IX - **exigir dos credores, e dos prepostos que serviram com o falido, quaisquer informações verbais ou por escrito**; em caso de recusa, o juiz, a requerimento do síndico, mandará vir à sua presença essas pessoas, sob pena de desobediência, e as interrogará, tomando-se os depoimentos por escrito;*

*X - **preparar a verificação e classificação dos créditos**, pela forma regulada no Título VI;*

XI - comunicar ao juiz, para os fins do artigo 200, por petição levada a despacho nas 24 horas seguintes ao vencimento do prazo do artigo 14, parágrafo único, nº V, o montante total dos créditos declarados;



XII - apresentar em cartório, no prazo marcado no artigo 103, a exposição ali referida;

XIII - representar ao juiz sobre a necessidade da venda de bens sujeitos a fácil deterioração ou de guarda dispendiosa;

*XIV - **praticar todos os atos conservatórios de direitos e ações, diligenciar a cobrança de dívidas ativas e passar a respectiva quitação;***

XV - remir penhores e objetos legalmente retirados, com autorização do juiz e em benefício da massa;

*XVI - **representar a massa em juízo, como autora**, mesmo em processos penais, como ré ou como assistente, contratando, se necessário, advogado cujos honorários serão previamente ajustados e submetidos à aprovação do juiz;*

XVII - requerer todas as medidas e diligências que forem necessárias para completar e indenizar a massa ou em benefício da sua administração, dos interesses dos credores e do cumprimento das disposições desta lei;

XVIII - transigir sobre dívidas e negócios da massa, ouvindo o falido, se presente, e com licença do juiz;

XIX - apresentar, depois da publicação do quadro geral de credores (artigo 96, § 2º), e do despacho que decidir o inquérito judicial (artigo 109 e § 2º) e no prazo de cinco dias contados da ocorrência que entre aquelas se verificar por último, relatório em que:

a) exporá os atos da administração da massa, justificando as medidas postas em prática;

b) dará o valor do passivo e do ativo, analisando a natureza deste;

c) informará sobre as ações em que a massa seja interessada, inclusive pedidos de restituição e embargos de terceiro;

d) especificará os atos suscetíveis de revogação, indicando os fundamentos legais respectivos;

XX - promover a efetivação da garantia oferecida, no caso do parágrafo único do artigo 181;

XXI - apresentar, até o dia dez de cada mês seguinte ao vencido, sempre que haja recebimento ou pagamento, conta demonstrativa de administração que especifique com clareza a receita e a despesa; a conta, rubricada pelo juiz, será junta aos autos;

XXII - entregar ao seu substituto, ou ao devedor concordatário, todos os bens da massa em seu poder, livros e assentos da sua administração, sob pena de prisão até 60 dias.



Pois bem. Verifica-se que o presente feito foi instaurado na data de 17 de maio do ano de 2001, sendo que o atual síndico foi nomeado para administração dos bens da massa falida, após a destituição do profissional anterior, **na data de 19 de junho do ano de 2007**, sendo que, no curso da demanda, foi alterada forma de remuneração do síndico, conforme o serviço prestado (mov. 165.2).

Ocorre que o presente procedimento falimentar tramita há mais de 22 (vinte e dois) anos, sendo que o causídico Maurício Flávio Magnani é síndico da massa há 16 (dezesesseis anos) e mesmo havendo bens passíveis de alienação, somente houveram os pagamentos dos créditos trabalhistas no ano de 2023, e sem que fosse vendida a integralidade dos bens imóveis de propriedade da massa.

Destaque-se que a demora no pagamento dos créditos pode ensejar prejuízo à massa falida, haja vista que mesmo que não incidam juros nesse momento, havendo ativo para pagamento do principal, como aparentemente é o caso, poderão ser calculados os percentuais (artigo 26 da Lei n.º 7.661).

Além disso, não apenas o pagamento dos credores ocorreu 16 anos após a nomeação do síndico, como também sequer houve a apresentação do quadro geral de credores de acordo com a previsão contida na Lei 7.661, notadamente porque o documento encartado nos autos não arrolou os créditos com garantia real, quirografários, etc., tão somente declinando os créditos trabalhistas e tributários.

Conforme salientado ao mov. 1315.1, não obstante o síndico tenha apresentado questionamento nos autos quanto à confecção do Quadro Geral de Credores e não tenha sido esclarecido o ponto indicado, inexistiu na demanda conduta diligente do profissional para buscar a superação da omissão na análise, seja através de Embargos de Declaração, petição simples ou mesmo contato com o Juízo, ainda que tenha descrito que a administração era relatada diretamente aos Magistrados que me antecederam no feito. Ademais, a apuração dos valores devidos deve ser feita pelo síndico a partir dos documentos da massa falida ou, eventualmente, demonstrar e requerer medidas para a exibição dos referidos documentos.

Não suficiente, os descumprimentos com os ditames legais abrangeram, inclusive, a administração da massa falida. De acordo com o artigo 63, inciso XXII, da Lei 7.661, sempre que houverem movimentações financeiras deve o síndico especificar com clareza a receita e a despesa, que será juntada aos autos. Sendo que, de acordo com precedente do Superior Tribunal de Justiça, o administrador nomeado para gestão da massa falida é responsável pelas contas **a partir do momento da sua nomeação** (STJ - REsp: 1487042 PR 2012/0216575-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 05/12/2019, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/12/2019).

Ocorre que até o mês de agosto do ano de 2023 nenhuma conta era apresentada ao Juízo, mesmo que mensalmente o síndico tenha recebido em seu escritório os valores dos alugueres, inexistindo indicação de eventuais contas bancárias abertas para depósito e administração do *quantum*.

Nesse ponto, embora o síndico afirme que inexistia determinação anterior para apresentação mensal do demonstrativo das contas apresentadas, argumentando que possuía contato com os Magistrados que me antecederam no feito, tal medida não justifica o não cumprimento da determinação legal contida no artigo 63, inciso XXI, da Lei 7.661, não podendo o profissional alegar eventual desconhecimento da norma. De mais a mais, a própria legislação assegura a publicidade das informações relativas à massa falida, notadamente devendo fornecer com presteza todas as informações pedidas pelos interessados sobre a



falência e administração da massa e dar extratos dos livros do falido, de forma a assegurar a transparência do andamento do feito e entrega/recebimento dos créditos aos interessados.

Por outro lado, a partir do depósito dos livros contábeis da massa falida, verifica-se que não há assinatura do síndico nos campos em aberto, tampouco há elucidação quanto as inconsistências constantes nos documentos, haja vista que nos livros existem despesas não especificadas, tais como computadores e periféricos, taxas e gastos sem especificações. Também não restam demonstrados nos autos os ajustes quanto aos alugueres recebidos, contratos formalizados e mantidos pelo síndico, tampouco o pagamento dos valores, posto que estes são feitos diretamente no escritório do profissional.

Igualmente não foi explicado pelo síndico quais as medidas tomadas para manutenção dos terrenos baldios de propriedade da massa falida, notadamente eventual limpeza do terreno, mas tão somente apontado que os bens da massa falida não possuem despesas mensais (mov. 1346).

Demais disso, vislumbra-se a existência de locatários inadimplentes há mais de 20 (vinte) anos residindo no imóvel da massa falida, sem que tenha ocorrido o efetivo despejo. Nos autos n.º 0003664-79.2003.8.16.0174, figura como executado João Maria dos Santos, na data de 08 de junho do ano de 2016, foi julgado procedente o pedido para expedição da ordem de despejo, concedendo prazo de desocupação voluntária em 45 (quarenta e cinco) dias, determinando-se o pagamento dos valores vencidos desde novembro do ano de 1998 até a data da desocupação, mediante reajuste do valor original da locação através de incidência da média do INPC/IGPM, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês (mov. 86.1, daqueles autos). Desde a prolação da sentença, não foram localizados patrimônios expropriáveis, tampouco foi cumprido o despejo e desocupação do imóvel. Situação semelhante ocorreu nos autos n.º 0003208-32.2003.8.16.0174, em que figura como executado Nereu Muniz Lemos, haja vista que houve a declaração de rescisão contratual para determinação do despejo do demandado e pagamento dos valores vencidos, não sendo localizáveis patrimônios expropriáveis e permanecendo este no imóvel, diante da ausência de pedido de andamento processual nesse sentido.

Como se não bastasse, o processo falimentar tramita há mais de 20 (vinte) anos sem que tenha ocorrido a resolução, o que pode gerar prejuízos aos credores, à massa falida e aos sócios/herdeiros em virtude de eventual saldo remanescente em relação aos pagamentos. Imperioso repisar que havendo ativos financeiros haverá o cômputo dos juros devidos, sendo que a demora causa prejuízos à massa falida.

Assim, faz-se necessário imprimir maior celeridade ao processo, de forma a garantir a entrega dos valores devidos, despejo dos locatários inadimplentes, assim como dar prosseguimento ao feito de forma efetiva, sobretudo para findar o processo daqui para frente em prazo razoável.

Dessa forma, considerando que foi oportunizado o contraditório ao síndico, haja vista que o profissional foi intimado para prestar esclarecimentos dos pontos que ensejam a destituição da atuação (mov. 1315), e diante da falta de justificativa válida para as condutas, a destituição diante da desídia é medida que se impõe.

Sobre o tema, destaco os seguintes julgados:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA REGIDA PELO DECRETO-LEI Nº 7.661/45.
SUBSTITUIÇÃO DO SÍNDICO EM RAZÃO DE QUE SUA CONDUTA SE REVELA INSATISFATÓRIA*



NA PROMOÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS NECESSÁRIOS PARA O ENCERRAMENTO DO PROCESSO FALIMENTAR. DECISÃO FUNDADA EM FATOS OBJETIVOS. JUIZ QUE, NA CONDIÇÃO DE PRESIDENTE DEVE CONDUZIR O PROCESSO FALIMENTAR DA FORMA MAIS CÉLERE E EFICAZ POSSÍVEL. AGRAVANTE QUE NÃO TROUXE ELEMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR O ENTENDIMENTO MANIFESTADO PELO MAGISTRADO. **PROCESSO QUE TRAMITA HÁ MAIS DE 20 ANOS. NECESSIDADE DE IMPRIMIR MAIOR CELERIDADE AOS ATOS PROCESSUAIS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.** 1. **No regime falimentar regido pelo Decreto-Lei 7.661/45, o juiz é o presidente do processo, cabendo a ele conduzir da forma mais célere e eficaz possível, de modo a garantir a satisfação dos interesses dos credores.** 2. **Verificando que a atuação do síndico não está contribuindo para o bom andamento da falência, plenamente cabível sua substituição, nomeando síndico de sua confiança, com vistas a imprimir maior agilidade e celeridade ao processo.** 3. Não sendo apresentados elementos que infirmem a alegação de que o síndico não estaria contribuindo de maneira eficaz para o encerramento da falência, deve prevalecer o entendimento do magistrado singular a respeito da questão, eis que está mais próximo da condução dos atos processuais. (TJ-PR - AI: 00049281220198160000 PR 0004928-12.2019.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargador Lauri Caetano da Silva, Data de Julgamento: 10/10/2019, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/10/2019)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA. REGIDA PELA LEI ANTIGA (DEC.-LEI N. 7661/45). **DESTITUIÇÃO DO SÍNDICO, SOB ARGUMENTO DE QUE SUA ATUAÇÃO ESTARIA SENDO INSATISFATÓRIA NA PROMOÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS NECESSÁRIOS PARA O ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA. SÍNDICO QUE É CESSIONÁRIO DE CRÉDITOS PERANTE A MASSA FALIDA. JUIZ QUE, NA CONDIÇÃO DE PRESIDENTE DA FALÊNCIA, DEVE CONDUZIR O PROCESSO FALIMENTAR DA FORMA MAIS CÉLERE E EFICAZ POSSÍVEL. AGRAVANTE QUE NÃO TROUXE ELEMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR O ENTENDIMENTO MANIFESTADO PELO MAGISTRADO. FALÊNCIA INICIADA EM 1995. NECESSIDADE DE IMPRIMIR MAIOR CELERIDADE AOS ATOS PROCESSUAIS. INTERESSES DA MASSA FALIDA QUE DEVEM PREVALECER SOBRE OS INTERESSES PARTICULARES DO CESSIONÁRIO DE CRÉDITO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.** 1. **No regime falimentar regido pelo Dec.- Lei 7.661/45, o juiz é o presidente da falência, cabendo a ele conduzir o processo falimentar da forma mais célere e eficaz possível, de modo a garantir a satisfação dos interesses dos credores.** 2. **Verificando que a atuação do síndico - mesmo sendo cessionário de crédito da massa falida - não está contribuindo para o bom andamento da falência, plenamente cabível sua destituição, nomeando síndico de sua confiança, com vistas a imprimir maior agilidade e celeridade ao processo.** 3. Não sendo apresentados elementos que infirmem a alegação de que o síndico não estaria contribuindo de maneira eficaz para o encerramento da falência, deve prevalecer o



entendimento do magistrado singular a respeito da questão, eis que está mais próximo da condução dos atos processuais. (TJ-PR - AI: 7249727 PR 0724972-7, Relator: Lauri Caetano da Silva, Data de Julgamento: 23/02/2011, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 590)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA. DECISÃO QUE SUBSTITUIU O ADMINISTRADOR JUDICIAL. INSURGÊNCIA DO ADMINISTRADOR JUDICIAL SUBSTITUÍDO. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DECORRENTE DE QUEBRA DE CONFIANÇA, QUE FOI JUSTIFICADA, NO CASO CONCRETO. ATO DISCRICIONÁRIO DO JUÍZO FALIMENTAR. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO. (TJ-SP - AI: 22592354520218260000 SP 2259235-45.2021.8.26.0000, Relator: Alexandre Lazzarini, Data de Julgamento: 04/11/2022, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 04/11/2022)

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE FALÊNCIA. INSURGÊNCIA CONTRA A DECISÃO EM QUE SE DETERMINOU A SUBSTITUIÇÃO DO SÍNDICO. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. ACOLHIMENTO. RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE RECURSAL. SUBSTITUIÇÃO DO SÍNDICO DA MASSA FALIDA. ATO DISCRICIONÁRIO DO JUIZ QUE PRESIDE A FALÊNCIA. CARGO DE AUXILIAR DO JUÍZO QUE NÃO POSSUI DIREITO SUBJETIVO À FUNÇÃO. MERO INTERESSE PATRIMONIAL DO EX-SÍNDICO. RECURSO NÃO CONHECIDO. (TJ-PR - AI: 00503649120198160000 PR 0050364-91.2019.8.16.0000 (Decisão monocrática), Relator: Desembargador Espedito Reis do Amaral, Data de Julgamento: 22/04/2020, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/04/2020)

Ante o exposto, considerando que a substituição do síndico pode ocorrer a qualquer momento, **destituo do cargo o síndico outrora nomeado Maurício Flávio Magnani.**

Para apresentação, em autos apartados, das contas de sua administração desde a assunção do múnus, concedo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, na forma do artigo 69 da Lei n.º 7.661.

09. Comunicuem-se em todos os processos ativos envolvendo a massa falida a respeito da destituição do síndico da Massa Falida de Bordin S.A. Indústria e Comércio.

10. Determino o bloqueio das contas judiciais ativas em nome da massa falida, sendo que somente serão autorizadas movimentações após análise judicial.

Oficie-se com urgência.

11. Deverá o síndico depositar em juízo os valores em espécie que possua oriundos os contratos de alugueres, tendo em vista o pagamento mensal ocorrido diretamente no escritório profissional do causídico.

12. Intimem-se pessoalmente os locatários para que os futuros pagamentos dos alugueres sejam realizados diretamente em conta judicial, até o dia 15 de cada mês, salvo se haja outra data ajustada contratualmente, devidamente comprovado.



13. Da substituição do cargo de síndico:

Em substituição, para atuação na demanda, nomeio Marques Administrações Judiciais (telefone: (41) 3206-2457 (41) 99189-2968, localizada na Avenida Cândido de Abreu, 776, Sala 1306, Ed. World Business, Centro Cívico, CEP 80530-000).

Considerando o direito do síndico à remuneração, estabeleço o pagamento no percentual de 1% (um por cento) sobre os bens e valores remanescentes da massa falida, tendo em vista a atual fase processual e o potencial de arrecadação dos bens frente ao montante da dívida existente (TJPR - 17ª C. Cível - 0005600-15.2022.8.16.0000 - Londrina - Rel.: DESEMBARGADOR FABIO ANDRE SANTOS MUNIZ - J. 09.05.2022). Ressalto que o montante será pago após a aprovação das contas e observada a ordem de preferência estabelecida legalmente.

Consigna-se que ao síndico incumbirá a representação da massa em juízo, na forma do artigo 63, inciso XVI, da Lei n.º 7.66, bem como que estão depositados em Juízo os documentos físicos relacionados à administração da massa falida.

13.1. Intime-se para manifestação quanto ao aceite do encargo.

Caso positivo, desde logo, autorizo a expedição do termo de compromisso para desempenho do cargo e assunção das responsabilidades inerentes à qualidade de administrador, o qual deverá ser subscrito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, na forma do artigo 69 da Lei n.º 7.661. Desde logo, autorizo a assinatura digital do termo.

13.2. Deverá o síndico destituído colocar à disposição da empresa todos os documentos da massa falida, assim como os contratos de locação e eventuais aditivos.

13.3. Das providências a serem tomadas pela nova administradora judicial em caso de aceite:

Deverá o novo síndico:

- a)** realizar auditoria em relação aos processos envolvendo a massa falida, pagamentos realizados, dívidas existentes, etc.;
- b)** verificar o Quadro Geral de Credores com as retificações apresentadas ao mov. 1409.1;
- c)** se manifestar quanto ao pedido de habilitação de mov. 1338.1;
- d)** se manifestar quanto à manifestação ministerial de mov. 1387.1;
- e)** receber os documentos oriundos da administração com o síndico anterior;
- f)** promover o levantamento da atual situação dos bens imóveis de propriedade da massa falida de Bordin S.A. Indústria e Comércio, juntando-se fotografias, vídeos, etc.;
- g)** elaborar a listagem dos credores habilitados no presente feito;
- h)** esclarecer se possui aparato contábil;



i) se manifestar quanto eventual compensação do crédito tributário municipal, considerando a existência de ação de desapropriação tramitando.

14. Oficie-se à Fazenda Pública para que informe qual o valor da indenização havida em razão da desapropriação ocorrida nos autos n.º 0009283-43.2010.8.16.0174, tendo em vista o pedido de compensação do crédito.

15. Do alvará ao contador judicial:

No curso do processo, diante da constatação da irregularidade na contabilidade da empresa, foi autorizada a contratação do contador judicial Ariovaldo Abilhôa para realização das análises das contas da massa falida, acolhendo-se a remuneração proposta nas fls. 1722 e 1723 (14.25).

De acordo com a proposta do contador, para início dos trabalhos pugnou pelo pagamento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), além do pagamento de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais) mensais, com reajuste com base na Tabela do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Paraná, a partir de janeiro do ano de 2010.

Ao mov. 1350.1 o contador pugnou pela liberação de valores para si, afirmando a existência do *quantum* de R\$ 151.061,72 (cento e cinquenta e um mil e sessenta e um reais e setenta e dois centavos) No mesmo ato, narrou o contador que os honorários contábeis corresponderiam ao valor de dois salários mínimos nacionais vigentes no momento da proposta, posto que apesar do profissional ter constado o reajuste pela Tabela do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Paraná, esta não existe, sendo equivocadamente informado pelo profissional e como forma de reposição dos valores, os honorários apresentados mês a mês foram atualizados pela variação do salário mínimo vigente em cada época.

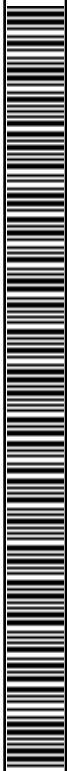
Conquanto a afirmação do contador que procedeu a atualização do valor dos pagamentos, não localizei ao longo do processo a autorização judicial para que assim o profissional procedesse.

Veja-se que a proposta de atualização com base em tabela inexistente partiu do próprio contador, sendo que eventual alteração da base de cálculo deveria ter sido postulada e decidida judicialmente e não por liberalidade.

Ademais, o contador atualizou os valores recebíveis de acordo com o salário mínimo, esbarrando na disposição contida na Constituição Federal, *in verbis*:

Artigo 7º, inciso IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Ou seja, imperiosa a análise dos recebimentos e do valor real devido ao contador, haja vista que a proposta vinculada pelo próprio profissional foi formalizada com base em parâmetro inexistente, havendo indevida indexação de atualização com base no salário mínimo.



Ainda, constou na proposta que a partir de janeiro do ano de 2010 a remuneração do contador seria no valor de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais), ou seja, valor inferior a dois salários mínimos vigentes na época, haja vista que dois salários naquele momento corresponderiam ao montante de R\$ 1.020,00 (mil e vinte reais).

Também não resta claro na manifestação do contador se pretende o pagamento a partir do mês de julho do ano de 2022, conforme declinado ao final da peça ou se pretende o pagamento do período de 31 de janeiro de 2016 e 30 de junho de 2022, considerando que afirma que os valores em aberto importavam em R\$ 151.061,72 (cento e cinquenta e um mil, sessenta e um reais e setenta e dois centavos). Além do mais, analisando os livros, verifica-se a existência de pagamentos posteriores ao ano de 2016.

Em conclusão, diante da necessidade de auditoria na contabilidade e administração da massa falida, **indefiro** o pedido de expedição de alvará, até o levantamento de todos os valores pagos ao contador.

Não se olvida a situação de saúde do profissional narrada ao mov. 1397, contudo, deve-se analisar com cautela as movimentações já realizadas.

16. Considerando a nova administração da empresa a ser realizada por Marques Administrações Judiciais, **revogo** a decisão de nomeação do contador Ariovaldo Abilhôa de mov. 14.25, o qual deverá encaminhar a documentação em seu poder para o novo síndico.

17. Dê-se ciência ao Ministério Público.

18. Determino a adequação do polo passivo no sistema Projudi para exclusão deste Juízo e do Município de Bituruna como partes na demanda.

19. Intimações e diligências necessárias.

União da Vitória, datado e assinado digitalmente.

Ana Beatriz Azevedo Lopes

Juíza de Direito Substituta

